

SOBRE A NOÇÃO DE PRÁTICAS LINGUAGEIRAS: LUGARES DE EMERGÊNCIA, FILIAÇÕES E FRONTEIRAS

ON THE CONCEPT OF LINGUISTIC PRACTICES: PLACES OF EMERGENCE, AFFILIATIONS AND BORDERS

Gesualda dos Santos Rasia
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, PR, Brasil

Resumo: Este estudo reflete sobre a designação *práticas languageiras*, desde uma perspectiva materialista, entendendo-a como a não dissociação entre o campo da práxis e do conhecimento. Considera como o corte encetado pelo Curso de Linguística Geral (CLG), que propôs a dicotomia língua/fala, abriga de modo contraditório o estatuto social da língua. Essa problemática dialoga com debates que colocam a referida designação sob o escopo de práticas sociais e históricas, considerando o quanto sua circunscrição se dá desde uma perspectiva política dos sentidos. A partir disso, são apresentadas filiações e fronteiras da designação em tela em diferentes vertentes dos estudos da linguagem.

Palavras-chave: práticas languageiras; trabalho com a língua(gem); político na (da) língua.

Abstract: This study reflects on the designation of *linguistic practices*, from a materialistic perspective, understanding it as the non-dissociation between the field of praxis and knowledge. It considers the way the section initiated by the Course in General Linguistics (CGL), which proposed the language/speech dichotomy, contradictorily shelters the social status of the language. This problematic dialogues with debates that place the designation under the scope of social and historical practices, considering how much its circumscription is given from a political perspective of the senses. From here onwards, filiations and borders of the designation in point in different slopes of the studies of the language are presented.

Keywords: linguistic practices; work with the language; language policy.

[...] a linguagem é uma prática; não [apenas] no sentido de efetuar atos mas porque prática sentidos, intervém no real. Essa é a maneira mais forte de compreender a práxis simbólica (ORLANDI, 1999, p. 95).

Situando a discussão

O debate que ora trazemos põe em tela, essencialmente, as relações tecidas entre a língua e a história, considerados nisso os diferentes estatutos dessa tessitura a depender do lugar teórico a partir do qual se diz. Tratar disso implica levar em conta, de algum modo, o corte inaugural encetado por Saussure, com o Curso de Linguística Geral (CLG), entre língua e fala. Dizemos inaugural não porque tenha estabelecido um ponto de início ou de ruptura absoluta em relação a uma anterioridade, nem mesmo porque tenha estabelecido uma linearidade em relação ao devir. Pelo contrário, segundo Chiss e Puech (1994, p. 1), Saussure e o saussurianismo instauraram um “domínio de pesquisas e um domínio de memória”, esta última expressão tomada de empréstimo de Foucault (1969, p. 65), e que diz respeito aos enunciados “em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica”. Os diferentes lugares de memórias e as diversas filiações político-ideológicas inevitavelmente produzem seus efeitos sobre os lugares de pesquisa, instalando pontos múltiplos de deriva. É a partir desse recorte que nos propomos a discutir como têm se constituído, em diferentes vertentes, saberes distintos acerca da designação *práticas languageiras*.

A propósito disso, Pêcheux e Balibar (1969) defendem, a partir dos pressupostos de Gaston Bachelard, uma posição descontinuista, pela qual há recusa ao saber como desenvolvimento contínuo, e ao conhecimento comum. Esta tomada de posição, pelos autores, tem como fundamento a consideração da conjuntura filosófico-ideológica que sustenta uma dada circunscrição teórica, que produzirá diferenças, embora não necessariamente apague sobreposições. Em todos os casos, restará, de qualquer modo, os efeitos de gesto inaugural, como se produzidos fossem por um único homem/sujeito, como é o caso do galileísmo, conforme ilustram os autores, embora afirmem eles “Galileu é o efeito e não a causa do corte epistemológico que designamos sob o termo de galileísmo” (PÊCHEUX; BALIBAR, 1969, p. 11).

Este estudo apreende a designação *práticas languageiras* em sua emergência não linear e sustentada por diferentes pressupostos e teóricos, os quais

ora convergem, ora se afastam. Tudo o que temos são descontinuidades e rupturas. É exatamente por isso entendemos ser pertinente e profícua a discussão. Nossos pontos de referência e de produção de efeito de estabilidade são o edifício estruturalista e o quadro materialista. Antagônicos entre si, encontram-se em suas diferenças em alguns pontos do caminho, e nisso também se justifica o princípio da descontinuidade.

O CLG entre o estável e o múltiplo: *descontinuidade contínua*

O alvorecer do século XX solidificou o estatuto de ciência para a Linguística a partir da emergência do CLG, nas condições históricas em que esta obra foi produzida e se estabeleceu em seu campo de conhecimento. Carvalho (2003) sintetiza o projeto de Saussure no esforço que ele envidou para conferir unidade à Linguística, a partir de uma racionalização do estudo linguístico, o que se fazia necessário, segundo Carvalho (2003), dadas as imprecisões que vigoravam até então nesse entorno:

Os linguistas até então tratavam de coisas diferentes com nomes iguais e vice-versa. A ausência de uma terminologia adequada, precisa, objetiva, de alcance universal (e sabemos, desde os gregos, que só há ciência do universal), instrumento de trabalho imprescindível a qualquer ciência digna do nome, tolhia-lhes a expressão de ideias. (...) A Linguística ressentia-se de uma linguagem equívoca, de um padrão linguístico, de uma metalinguagem, isto é, de uma nova linguagem para expressar suas elucbrações. Sua primeira tarefa, portanto, foi “limpar o terreno” para depois poder trabalhar (CARVALHO, 2003, p. 26).

O afã de unicidade e a eliminação das opacidades inerentes ao processo científico estavam no centro da empreitada de Saussure, o qual afirma que a Linguística “jamais se preocupou em determinar a natureza de seu objeto de estudo” (SAUSSURE, 1999, p. 10). É do tamponamento dessa lacuna que se ocupa o mestre e, para fazê-lo, estabelece a língua e não a fala como objeto, tomada em uma perspectiva sistêmica, tendo a dimensão dicotômica como uma de suas faces. Dentre os pares propostos pelo CLG, o que nos interessa aqui é o par língua/fala, a dicotomia mais fecunda, ainda consoante Carvalho (2003).

Sobre esses dois elementos são arroladas no CLG uma série de diferenças: enquanto a língua é de caráter social, a fala é individual; a língua resulta do contrato estabelecido entre os membros de uma comunidade,

não podendo ser modificada; já a fala comporta idiossincrasias, e “dela o indivíduo é sempre senhor” (SAUSSURE, 1999, p. 21). Na visão do Curso, o controle absoluto dos indivíduos sobre a dimensão da fala, em detrimento desse mesmo controle sobre a língua, enquanto sistema, encontra-se justificado no eixo social, ausente no primeiro eixo. A dicotomia que se estabelece entre os eixos social e individual é discutida por Labov (1991) como aquilo que este autor designou de “o paradoxo saussuriano”, problematizado essencialmente a partir do fato de a língua (*langue*) constituir-se enquanto sistema comum à massa de falantes e, simultaneamente, poder ser aferida a partir da fala (*parole*), enquanto realização individual, embora esta se dê em contextos que pressupõem minimamente dois indivíduos, logo, em âmbito social:

Se todos possuem o conhecimento da estrutura da língua, se a *langue* é “um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro” (SAUSSURE, 1962, p. 30), seria possível se obter os dados através do testemunho de qualquer pessoa – mesmo uma única pessoa. Por outro lado, dados da *parole*, ou fala, poderão apenas ser obtidos através do exame do comportamento dos indivíduos ao fazerem uso da língua. Assim, temos o Anais do SILEL. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011. 12 “Paradoxo Saussuriano”: o aspecto social da língua é estudado através da observação de qualquer indivíduo, mas o aspecto individual somente através da observação da língua em seu contexto social (LABOV, 1991 [1972], p. 186).

Ora, para o mestre genebrino, a língua, enquanto sistema, é externa ao indivíduo e funciona independentemente dele e dos diversos usos que este faz do sistema. Não obstante isso, a língua não tem existência independente dos usos que a coletividade faz dela, visto ela ser um fato social com realidade exterior ao indivíduo em sua particularidade. Esse último aspecto define o sentido de “social” em Saussure, ou seja, o fato de que a língua:

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (SAUSSURE, 1999, p. 21).

Quando Saussure apresenta essa natureza ambivalente da língua, duplamente calcada na dimensão social e na individual, a partir de sua realização na instância da fala, o que se entende por dicotomia assume, para nós, sentido específico, não necessariamente de polarização, mas de complementen-

taridade a partir desses dois traços distintivos.

Não por acaso, é afirmado no Curso que “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (SAUSSURE, 1999, p. 16). Ainda, a constatação de que o acesso à língua se dá “pelo ato individual que permite reconstituir o circuito da fala. Este ato pressupõe pelo menos dois indivíduos (...)” (SAUSSURE, 1999, p. 18). No entorno dessa discussão consta, no Curso, a afirmação de que a colocação da língua em primeiro lugar no estudo da linguagem implica “o argumento de que a faculdade de articular palavras não se exerce senão com ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade” (SAUSSURE, 1999, p. 18). Fica posta, assim, a dimensão da língua como aquela que “faz a unidade da linguagem” e pressupõe, para tanto, a instância da fala.

Em que pese a construção do caráter de indissociabilidade entre língua e fala, fica explicitada no CLG a opção que ali se faz pela segunda:

Seria ilusório reunir, sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala. (...). Essa é a primeira bifurcação que se encontra quando se procura estabelecer a teoria da linguagem. Cumpre escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo, devem ser seguidos separadamente. Pode-se a rigor, conservar o nome de Linguística para cada uma dessas duas disciplinas e falar duma Linguística da Fala. Será, portanto, necessário não confundir-la com a Linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua. Unicamente *desta última é que cuidaremos* (...) (SAUSSURE, 1999, p. 28, grifos nossos).

A opção pela língua deixa em suspenso questões concernentes ao âmbito da fala, embora estas permaneçam latentes no Curso, resultado mesmo da natureza das relações dicotômicas, conforme reportávamos anteriormente. Diante disso, é possível olhar o que o Curso propõe como dicotomias enquanto descontinuidades contínuas. E aí o paradoxo saussuriano, apontado por Labov, pode também ser pautado a partir de uma outra perspectiva, pela qual questões atinentes à dimensão subjetiva da linguagem, a fala, são decisivas para a conformação do seu caráter social, ainda que não tomadas em termos metodológicos no Curso. Este ponto, em aberto, é o espaço a partir do qual outras teorias propõem a discussão acerca da relação entre o sujeito e a linguagem. É disso que nos ocuparemos a seguir.

Sobre práticas linguageiras como ponto de descontinuidade

Aprendemos com Pêcheux (1993) que o discurso, dimensão que não se situa nem na língua nem na fala, é prática social e historicamente situada. Diante disso, interessa-nos discutir, aqui, uma designação recorrente em trabalhos de AD (Análise de Discurso) e da qual interessa-nos compreender melhor sua relação com as práticas discursivas. Trata-se das *práticas linguageiras*. Tem chamado nossa atenção o fato de essa designação estar circulando, conforme afirmamos, contudo, carente de uma maior precisão conceitual, bem como de uma circunscrição teórica. Em razão disso, propomo-nos a rastrear alguns campos de emprego, com o objetivo de delimitar algumas linhas demarcatórias de filiação, bem como traçarmos um trajeto, ainda que mínimo, acerca da constituição de sentidos dessa designação.

Quando falamos em designação estamos tomando esta noção, aqui, no sentido circunscrito por Guimarães (2005), que a distingue da nomeação e da denotação. Este autor postula a designação enquanto

significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

Vale dizer que, coerentes com a perspectiva discursiva, à qual nos filiamos, não tentaremos encontrar a fonte primeira de emprego da referida designação, como se houvesse um ponto inaugural. Em vez disso, percorreremos lugares de começos possíveis, embora sempre com o risco de incorrerem em omissões. Nesse percurso, nosso objetivo central consistirá nos efeitos de sentidos produzidos pela enunciação do conceito no campo da AD.

A Sociolinguística Francesa dos anos 70

Se por um lado a relação linguagem/sociedade é marcada de modo cabal pelas dimensões simbólica e política na França pós-68, não é com a mesma certitude que se definem as especificidades de cada campo dos estudos da linguagem, mesmo no contexto francês. Exemplo disso são as imprecisões quanto às fronteiras em um campo, pautadas por Marcellesi e Gardin (1975), os quais apontam três distinções principais: “Linguística

Social”, “Sociolinguística” e “Sociologia da linguagem”. À primeira caberia tratar das condutas linguísticas coletivas que caracterizam os grupos sociais, enquanto à segunda competiria o esforço por determinar quem fala, com qual variedade, quando, a propósito de quê e com que interlocutores. A Sociologia da linguagem, por sua vez, acrescentaria ao trabalho das anteriores “o esforço por determinar que valor simbólico têm as variedades linguísticas para seus usuários” (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 18).

Essa distinção já é suficiente para produzirmos um distanciamento entre a Sociolinguística praticada por esses autores e aquela de vertente americana. Não bastasse isso, a noção de grupo social é por eles definida como “unidades coletivas reais, mas parciais, fundadas numa atividade linguística comum e implicadas num processo histórico” (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 21). Os autores admitem, ainda, uma não simetria entre a consciência social e a existência social, uma vez que postulam os contrastes na utilização da língua por grupos como resultado de contradições da sociedade, cuja determinação pode ser complexa, segundo eles.

No rastreamento que os autores fazem acerca de abordagens marxistas da linguagem, destacam, nas obras fundadoras com “O Manifesto”, “O Capital” e “A Ideologia Alemã”, que:

A “linguagem”, isto é, a *atividade linguajeira*¹ ou linguística – e não a língua – nasce da necessidade de “convívio”, mas o “convívio” não poderia reduzir-se à simples comunicação de ideias, visto que a linguagem tem toda a complexidade dos fenômenos sociais, como o demonstra o texto de Engels na **Dialética da Natureza** (p. 50) (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 87, grifos nossos).

Ficam estabelecidas, aí, as especificidades das dimensões individual e social da língua, e fica o social situado na esteira do processo histórico, conforme vinham discorrendo os autores anteriormente. A emergência da formulação “atividade linguajeira”, nesse contexto, nos autoriza a produzir aproximações para problematizarmos a natureza e os sentidos possíveis da designação “práticas languageiras”, da qual nos ocupamos neste estudo. Os autores não produzem desdobramento direto da referida noção, no entanto, trabalham o conceito saussuriano de valor a partir de pressupostos marxistas, o que lhes permite considerar a linguagem como “moeda”. Tal releitura nos interessa por oferecer subsídios relevantes para pautarmos a noção de

¹ Chamamos atenção, também, para o fato de a referida expressão constar grafada, nesse contexto, com a letra “j”.

que nos ocupamos neste estudo, a de *práticas languageiras*.

Eles abordam, inicialmente, aspecto ao qual já reportávamos anteriormente, o caráter duplamente individual e social da língua, embora não o façam nos termos explícitos de um paradoxo. Além disso, frisam o fato de que a língua para Saussure se apresenta, por um lado, como imposição, por outro, como contrato. Esses dois aspectos dão visibilidade, para nós, ao espaço onde joga a tensão constante entre o sujeito que se submete à língua para ser e, por outro lado, nesse processo, é sujeito-agente de um trabalho essencialmente histórico.

Marcellesi e Gardin (1975) nos lembram que Marx não explicita o que é o valor, de modo que cada produto do trabalho corresponderia a um hieróglifo cuja transformação é produto da sociedade, sob condições específicas de transformação. Na linguagem ocorre algo análogo, os “produtos” do trabalho com a língua não são evidentes, seu valor resulta de um trabalho social ocultado pela ideologia, embora essa relação não tenha sido explicitada por Marx: “O que Marx não sabe, di-lo (do mesmo modo que os economistas que ele estudou dizem também o que não sabem)” (MARCELLESI e GARDIN, 1975, p. 115). A partir dessa constatação, eles concluem que o trabalho linguístico é criador de valores e que há um processo de ocultação desse trabalho que é de caráter social, realizado pela própria Linguística e seu aparato de métodos. A tarefa de análise consistiria, diante disso, em dizer o que os sujeitos fazem quando dizem, pondo a lume esse trabalho que se encontra, de certo modo, ocultado.

Dizemos “de certo modo” por entendemos que a perspectiva marxista dialética concebe o trabalho da ideologia não como ocultação, mas como a relação imaginária estabelecida pelos indivíduos com a realidade a partir de suas condições materiais de existência. Nessa perspectiva, julgamos produtiva a metáfora empregada por Marcellesi e Gardin (1975) quando se referem à relação operário/produto. Afirmam eles: “O operário teceu, e o produto é um tecido” (MARCELLESI E GARDIN, 1975, p. 115). Em que pese a tese por eles defendida, de que há ocultação do trabalho linguístico nesse processo, nós queremos entender que o trabalho de tessitura, análogo, aqui, ao trabalho com a linguagem, guarda, em suas tramas, as marcas do processo, no cruzamento, no entrelaçamento e mesmo no esgarçamento de fios. Na esteira dessa compreensão, propomos que se tome a palavra “tecido”, nos cotejos que ora fazemos, não como substantivo que reporta a produto pronto e acabado, mas enquanto verbo participio, cuja condição é o próprio *continuum*. Retomaremos a metáfora do tecido quando trabalharmos a

perspectiva apresentada por Courtine (2006) acerca da língua como tecido da memória.

Das práticas languageiras como trabalho social e político

Marcellesi e Gardin (1975) reportam, em sua obra, a Rossi-Landi, filósofo italiano (1921-1985) de inscrição marxista que aborda a linguagem como trabalho, transportando para a Linguística os conceitos marxistas da economia. Este filósofo propõe que à oposição saussuriana língua/fala (designada esta última, pelos autores, de “palavra”) seja interposta a noção de *trabalho linguístico*. Trata-se da dimensão social que produz o entorno no qual palavras e sentidos se formam, circunscritos à história. Essa tese fundamenta a distinção que o autor faz entre produto e trabalho. O trabalho linguístico, para ele, estaria próximo da linguagem, em oposição à fala, dado seu caráter coletivo e não individual; ou então próximo da língua, dado seu caráter de trabalho e não de produto.

Rossi-Landi (1975, p. 111) afirma que,

enquanto unidades da língua, as palavras são produtos saídos do trabalho linguístico. Tais produtos tornam-se materiais e instrumentos no curso do trabalho linguístico posterior pelo qual se produzem as mensagens.

Disso deriva a relação que o autor faz com a noção saussuriana de valor:

A significação de uma palavra é seu *valor*, ou melhor, seus *valores* na língua, mas também e sobretudo que tais valores são remetidos ao trabalho humano que os faz e que são. Assim, a noção de uso linguístico é incluída na de trabalho linguístico que, fazendo parte da noção de trabalho, possui já sua própria estrutura articulada: conserva-se então a importante distinção entre uso e significação (...) e evita-se o risco de ver no uso unicamente o que se faz com um produto já produzido, isto é, confundir o uso com a troca ou com o consumo (...) (ROSSI-LANDI, 1975, p. 132-133).

Marcellesi e Gardin (1975) sublinham justamente o apagamento do processo por conta da objetificação do produto, o qual, na correlação com a língua, demarca a ocultação do trabalho linguístico. Segundo eles, esse processo resulta da teoria e da prática burguesa do valor, que produz a simbiose

entre objeto e trabalho, de modo que “o objeto torna-se objeto trabalhado”. As implicações disso consistem em que no lugar do trabalhador, onde tínhamos movimento, passa a apresentar-se o produto em repouso, na condição do vir-a-ser.

Esse processo de alienação, que alça a esfera do linguístico, é explicitado, a partir de leitura que Ferreira e Montez (2014, p. 362) fazem de Rossi-Landi, como “aprisionamento do sujeito em uma estrutura material e discursiva com a qual se é levado a reproduzir ‘voluntariamente’ formas simbólicas ideológicas”. E citam o autor:

(...) quem se encontra na posição de remetente é a própria classe dominante, que impõe a si mesma e às outras classes a aceitação de certos sistemas de signos em lugar de outros; ou então se trata de remetentes subordinados que, submetidos pela classe dominante, limitam-se a utilizar seus códigos *ou então calam-se* (ROSSI-LANDI, 1985, p. 41).

O trabalho linguageiro se situaria, assim, no espaço de condição de possibilidade do sujeito em relação à língua, espaço em que ele resiste e diz mesmo sem poder, diz de modos não esperados ou mesmo interditados. Lugar este no qual o sujeito se inscreve na ordem do político pela ordem da língua.

A perspectiva das *práticas linguageiras* como “trabalho” atravessa campos teóricos similares mas que guardam especificidades epistemológicas, e nisso constituem-se elementos delimitadores quando se considera o olhar analítico, aspecto este sobre o qual consideramos pertinente discorrer brevemente.

O pedagogo francês contemporâneo Bernard Charlot (2000) aborda o conceito de práticas linguageiras na busca da compreensão do fracasso escolar, para o que o autor postula uma diferença de práticas específicas: as do cotidiano e as do universo escolar. As crianças das classes pobres muitas vezes não acessam os códigos e as formas próprias de interpelação da escola, diante do que também não respondem de forma adequada. A escola, por sua vez, parte do pressuposto do conhecimento dessas formas de parte da criança, não lhe ensinando suas especificidades. A conclusão do autor é que o adentramento ao universo escolar pressupõe também a entrada em “práticas linguageiras específicas” (BERNARD CHARLOT, 2002, p. 2).

O autor mostra que a entrada dos alunos no universo que não é o do cotidiano se dá de modo paradoxal, de parte da escola. Ao exigir uma

postura diante da linguagem que é artificial, distante daquela do cotidiano, ela permite, ao mesmo tempo, que os alunos entrem em universos de saberes que não existem na vida cotidiana. Essa postura pode ser revestida de sentido ou não. Será inócua se não resolver o problema da linguagem nas disciplinas que não as de língua ou na vida; nem resolverá o problema do fracasso escolar fora do âmbito dos textos. Antes, consistirá em conjunto de atividades limitadas ao âmbito das técnicas, inscritas em uma concepção do falar e escrever como mera aplicação de regras. Em contrapartida, o conjunto de práticas que visam à entrada do aluno no universo escolar pode levar em conta, consoante o autor, “uma dada posição no mundo do sujeito falando” (BERNARD CHARLOT, 2002, p. 6), e nisso residiria a essência do conceito de *prática languageira*, segundo ele.

Essa perspectiva defendida por Bernard Charlot (2002) confere valor aos registros populares, usualmente preteridos e até desprestigiados, como formas de expressão. O autor advoga sua legitimidade em função do valor simbólico que representam no jogo de forças sociais, ao mesmo tempo em que sublinha a importância de a escola possibilitar que os jovens das classes populares adentrem novos universos intelectuais a partir dessas formas.

Diante disso, o autor sintetiza sua compreensão acerca do conceito, afirmando que falar em práticas languageiras é insistir sobre a atividade de um sujeito social em situação. A prática languageira é uma prática social. Primeiro, porque o sujeito mesmo é social: ele aprendeu a falar por meio de sua socialização familiar e seu relacionamento com outros jovens; o que e como ele fala diz respeito ao que ele é de um ponto de vista social. Segundo, a prática languageira é social porque se fala em situações sociais, sendo articulada com outras práticas (trabalhar, brigar, namorar...). Pelo fato de ser social, ela é estruturada por normas que variam conforme os meios sociais (BERNARD CHARLOT, 2000, p. 8).

Em que pese a ênfase no caráter social da noção, o autor sublinha também a dimensão subjetiva nela implicada, uma vez que a relação do sujeito com a linguagem leva em conta, segundo ele, aspectos como a postura do sujeito que diz, suas experiências de vida, entre outros aspectos.

A relação linguagem e trabalho é discutida também pela linguista Josiane Boutet (1995), que considera especificamente o que as atividades de trabalho humano comportam de languageiro. Ela define a parte languageira do trabalho como “a contribuição da linguagem e das línguas à realização do trabalho” (BOUTET, 1995, p. 91). E o faz problematizando desde como,

no modelo taylorista de produção, a fala dos sujeitos era interdita nas fábricas até como contemporaneamente acontece a exploração econômica da conversa nas centrais de atendimento (*call centers*). A autora explicita seu foco de interesse, o qual não recai diretamente sobre as formas linguísticas, mas sobre a relação entre *falar e trabalhar*.

As mudanças nos modos de produção na ordem capitalista, sublinha ela, fizeram com que houvesse uma demanda por mobilização de competências de linguagem ampliadas de parte dos trabalhadores. Práticas de leitura e de escritura, por exemplo, passaram a ser exigidas dos assalariados em geral, e não mais apenas de um grupo restrito. A pesquisa de seu grupo mapeou diferentes formas de verbalização presentes em documentos vários relativos a múltiplas atividades de trabalho e, a partir desse material, levantou regularidades sociolinguísticas que possibilitaram configurar esses materiais como gênero profissional com propriedades específicas. Uma dessas propriedades intitula-se “economia dos meios linguísticos” e consiste na redução ou eliminação de morfemas ou de categorias sintáticas consideradas dispensáveis à comunicação, tais como adjetivos, dentre outros (BOUTET, 1995, p. 94). O intuito de rapidez e suposta eficácia sustentam o fundamento dessa orientação.

Outro processo comunicacional apontado pela autora é aquele que procura convergência na “univocidade da interpretação”.

Trata-se de empregar, sob forma escrita (ou oral), formas linguísticas não ambíguas que assegurem, ou tendam a assegurar, a identidade entre a produção de um locutor e/ou escritor e a interpretação de um enunciado por outros (BOUTET, 1995, p. 94).

Próprios do campo do jurídico e da tecnologia, tais enunciados conformam-se de um modo tal como se pudessem tudo dizer, além de cercar leituras particularizadas e/ou não previstas ou admitidas.

Soma-se às funções anteriores a comunicacional, para a qual léxicos especializados, agregados ao cabedal de abreviações e de elisões, servem de modo especial. Por último, a autora apresenta as funções cognitiva e social da linguagem. A primeira desempenha a tarefa de transmitir conhecimentos e saberes sobre como trabalhar, e à segunda “cabe a tarefa da construção de coletivos de trabalho por meio das tarefas de falar, de comunicar e mais amplamente de se comportar no trabalho” (BOUTET, 1995, p. 96).

A abordagem proposta por Boutet, explicitamente multidimensional,

enquadra-se também em uma abordagem especializada, diante do que a autora esclarece o compromisso da pesquisa com os respectivos patrocinadores, “no caso da rede de linguagem e trabalho: formação de assalariados, organização de seus postos de trabalho, etc.” (BOUTET, 1995, p. 96). E respalda essa proposição no fundamento da construção de conhecimentos como sendo o de resolver questões colocadas pelo mundo real.

O estudo de Boutet levanta dados os quais não apontam, contudo, para a direção de um sujeito que, via leitura e escritura, estabeleça lugares de resistência, produzindo rupturas na história. Tal se dá porque o trabalho com a língua se realiza via processos que respondem, na materialidade da língua, a interesses da ordem do trabalho.

Schneuwly e Dolz (1999)² empregam a expressão práticas de linguagem em correlação com práticas languageiras, com o argumento de que a palavra *langagière*, corrente na língua francesa, não tem correspondente no português. E o fazem no escopo da discussão acerca dos gêneros escolares em sua relação com *práticas de linguagem*. Este conceito, para os autores, diz respeito “às dimensões particulares do funcionamento da linguagem em relação às práticas sociais em geral, tendo a linguagem uma função de mediação em relação às últimas” (SCHNEUWLY; DOLZ, 1999, p. 6).

As dimensões a que os autores se referem são de ordem social, cognitiva e linguística em situações de comunicação particular e têm a ver com a produção, compreensão, interpretação e/ou memorização de um conjunto de enunciados orais ou escritos. E para explicar como as práticas e linguagem desempenham seu papel no contexto escolar, os autores partem da hipótese de que os gêneros se constituem o ponto de articulação. Para explicitar como se dá esse processo, colocam-nas em relação aos gêneros escolares enquanto práticas históricas e culturais. O cotejo com a realidade da produção de textos na escola, ausente de realidade, põe a lume o quanto, nesse contexto, a prática de escrita, de parte dos alunos, não se configura como prática de linguagem efetivamente, mas a resposta a uma necessidade:

Não se faz tanto a definição e a descrição dos gêneros escolares em relação a gêneros historicamente situados, que correspondem a práticas de linguagem, mas em relação a necessidades consideradas como sendo aquelas dos objetos descritos: lógica do objeto ou do pensamento. Os gêneros são *naturalizados* (SCHNEUWLY; DOLZ, 1999, p. 9, grifo dos autores).

² A versão original do artigo foi publicada em *Repères*, nº 15, 1997, e intitulou-se “Les genres scolaires: des pratiques langagières aux objets d’enseignement”.

Em contrapartida, há a naturalização do gênero que nasce das práticas efetivas de interação dos sujeitos uns com os outros, através de parâmetros próprios à comunicação. A partir do contraponto entre os dois tipos de naturalização, os autores postulam qual deve ser o papel da escola no que concerne à abordagem dos gêneros enquanto práticas sociais que implicam práticas de linguagem: “trata-se de levar o aluno ao domínio do gênero, exatamente como este funciona (realmente) nas práticas de linguagem de referência” (SCHNEUWLY; DOLZ, 1999, p. 9).

Sobre práticas languageiras como *tecido da memória* em Jean-Jacques Courtine

Courtine (2006) reflete acerca das relações entre História e Linguística pautando a linguagem como tecido que estrutura a memória, entendida desde uma perspectiva social e coletiva. O autor coloca em questão o corte epistemológico que teria sido operado pelo CLG, contrapondo-lhe o postulado por Auroux³ acerca da não oposição “entre uma língua-memória e como atividade de classificação e uma palavra que manifesta as potencialidades criadoras do sujeito falante” (COURTINE, 2006, p. 7). A partir disso este autor propõe a distinção entre a língua gramatical e a língua empírica, afirmando sobre esta última que:

é preciso introduzir a historicidade e suas discontinuidades temporais, os sujeitos falantes e suas *interações languageiras*. A língua empírica pertence, portanto, à história, e as atividades linguísticas que aí se realizam são somente subdeterminadas pela gramática (COURTINE, 2006, p. 7, grifos nossos).

A colocação em evidência da historicidade e dos sujeitos, na perspectiva assumida pelo autor, retira a língua da asepsia que é própria de abordagens gramaticais. Mais especialmente ainda porque a dimensão posta acerca do sujeito que diz implica, necessariamente, o outro. Nesse sentido, estamos entendendo a formulação “interações languageiras” como espaço no qual intervém a dimensão da história. Na sequência, o autor vai parafrasear a referida formulação como “práticas languageiras”, noção esta que também diz respeito à existência da língua no horizonte da historicidade, e que por isso mesmo convoca gestos diferenciados de parte dos estudiosos. Contudo, há uma especificidade que é agregada nesse ponto do estudo: o fato de que

³ S. Auroux, *L'Histoire des idées linguistiques*, vol. I, p. 14.

tais práticas são metaforizadas como tecido. Entendemos a ancoragem desta figura a partir da imagem da tessitura como trama de fios que não é aleatória, mas que segue a lógica da urdidura que lhe dá sustentação.

Se a língua é o lugar onde a memória se materializa, se tece, há que se pensar nos modos como se dão os movimentos tensos entre fixidez e fluidez. Entre os acontecimentos históricos e os espaços do registro as disputas que são travadas não se limitam à subserviência do sujeito que diz às formas da língua. Os movimentos possíveis de “criatividade”, nos diferentes níveis da língua, guardam muito mais relação com a história que se constrói do que se possa imaginar. Nesse espaço em que se torna possível a emergência dos sujeitos é que se encontra, então, a possibilidade de assunção enquanto sujeito histórico. E disso nossa compreensão da noção de *práticas linguageiras* na dimensão do espaço intervalar entre a língua e a fala, o movimento do discurso.

Respaldamos esse movimento do discurso no argumento apresentado por Courtine (2006, p. 8.) quanto à tomada da perspectiva histórica deslocada do que se concebia até então como interdisciplinaridade, “destacando as consequências da profunda renovação de perspectivas que a história das mentalidades introduziu quanto às diferentes modalidades de existência histórica de práticas linguageiras”. A mudança de perspectiva proposta pelo autor é por ele sustentada em remissão à obra de Pierre Nora⁴, na qual instituições e práticas de discurso, tais como a tribuna, rituais de comemoração, os cursos do Collège de France, dentre outras, são arroladas como *lugares de memória*. E cita Nora: “Que outros lugares de memória para as palavras senão as próprias palavras?” (COURTINE, 2006, p. 9). Trata-se do “enraizamento da memória nacional na linguagem”, ainda nas palavras de Courtine (2006). Enraizamento este produzido a partir de modos específicos de se dizer a história, movimento este de caráter sempre dialético, exemplificado por Courtine (2006) no embate francês acerca da “interminável querela da ortografia”. Questões como essa reclamam um tratamento que dê visibilidade aos “modos de existência materiais, linguageiros da memória coletiva na ordem do enunciável” (COURTINE, 2006, p. 10).

No caso do Brasil e da língua que falamos, poderíamos citar acontecimentos históricos que têm a questão da língua como protagonista. Apontamos, dentre eles, aquele mesmo que esteve no entorno da nomeação da nossa língua, querela esta que pôs em tela, consoante Orlandi (2002, p. 23), um “fundo falso”, na medida em que, na condição de país colonizado, “o ‘mes-

⁴ P. Nora (Org.) *Les lieux de mémoire*, 7 vol., Paris, Gallimard, 1984-1992.

mo' abriga, no entanto, um 'outro', um 'diferente' histórico que o constitui ainda que na aparência do 'mesmo'". Isso se dá, segundo a autora, porque as duas línguas, o português europeu e o português brasileiro, se inscrevem em ordens simbólicas diversas, embora aparentem a mesma materialidade linguística. A consequência é que "a observância da (mesma) materialidade empírica não deixa ver (desconhece) a distinta materialidade histórica" (ORLANDI, 2002, p. 24). Entendemos ser nodal, aqui, a mobilização da noção proposta por Courtine (2006) da língua como tecido da memória, uma vez que esta não pré-existe àquela, especialmente se considerada a língua na qual intervém a historicidade. Na perspectiva proposta pelo autor, a linguagem é o tecido da memória desde que pensados os "modos de existências materiais linguageiros da memória coletiva na ordem dos discursos" (COURTINE, 2006, p. 10). E o proposto por Orlandi (2002) autoriza-nos a essa relação, uma vez que a autora considera como forma material a instância que transcende a dimensão abstrata, a concreta e a empírica, porque diz respeito ao trabalho com "a linguagem na sociedade, tomada pela história" (ORLANDI, 2002, p. 74).

Da presença da designação *práticas linguageiras* em trabalhos de Análise do Discurso no Brasil

O rastreamento feito até aqui buscou conformar diferentes *lôcus* de significação e pertencimento a partir dos quais a designação práticas linguageiras e paráfrases a ela associadas são tomadas, sem claro, a pretensão de esgotamento. Esse gesto priorizou textos que desenvolvem, ainda que minimamente, a perspectiva conceitual da referida designação. A partir de agora, propomos um passeio por textos da AD de inscrição pècheuxtiana, perspectiva esta na qual nos inscrevemos, com o intuito de apresentar pontos de emergência da designação em tela em trabalhos desenvolvidos nesse campo teórico, no contexto brasileiro. Não trabalhamos com a exaustividade, primeiro por razões epistemológicas e também em função da própria impossibilidade que se nos apresenta. Constatamos, no entanto, a presença profusa e recorrente da designação *práticas linguageiras* em múltiplos trabalhos da AD, sem a necessária discussão acerca de seus significados, inclusive de nossa parte. Nosso gesto, neste estudo, deriva da necessidade que nos colocamos de responder, do interior de nossas pesquisas, acerca do que estamos falando, quando dizemos. Apresentamos, a partir de agora, algumas ocorrências que julgamos significativas.

Reportamos, inicialmente, a Orlandi (1990) quando, no contexto do debate acerca da influência da língua tupi no português do Brasil, a autora discute o processo de disciplinarização pelo qual essa língua passou, quando foi instituída pelos jesuítas como moeda de negociação com o governo português e também com o intuito de exercício de controle sobre os indígenas.

Esse mecanismo é por ela explicitado a partir da proposição das noções de língua imaginária e língua fluida. A primeira “é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações, e a língua fluida é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (ORLANDI, 1990, p. 75). O processo de disciplinarização do tupi pelos jesuítas aponta para o jogo tenso entre a língua imaginária e a língua fluida, condensado nas ditas práticas languageiras dos jesuítas:

A “disciplinarização teórica”, isto é, a construção de um saber a propósito das línguas dos índios, se mistura aqui com a “disciplinarização” exercida na *prática languageira* dos missionários no curso do seu confronto com os índios; construções imaginárias das quais nós analisaremos o processo de formação e as consequências histórico-discursivas (ORLANDI, 1990, p. 76, grifo nosso).

A autora registra que, quando os missionários falavam a língua dos indígenas (e salienta a unicidade imaginária dessa língua pelo destaque conferido ao artigo), e também quando falavam *dos* índios, estabeleciam como destinatário o governo português ou organismos de poder Europeu, tanto de estado quanto religiosos. O apagamento do interlocutor real e imediatamente interessado, no caso, o indígena, resultava em um modo específico de constituição do saber sobre a língua, especialmente por modificá-la consoante os modelos ocidentais, notadamente o europeu.

A prática languageira configura-se, assim, como o lugar de instauração do confronto, do jogo de forças no processo de conformação do que era a língua nacional. Trabalho político da língua na história, cuja trama leva-nos a mobilizar o estatuto conferido ao discurso:

O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso (...) fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis, etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto (ORLANDI, 1999, p. 22).

Ainda no escopo das discursividades que estabeleceram a língua nacional no Brasil e seus instrumentos, NUNES (2008) reflete sobre prática corrente no Brasil que inaugurava o século XX: a identificação de lacunas em dicionários portugueses, apontando o que neles faltava em relação contrastiva ao inventário lexical brasileiro, no caso, recortado o campo da terminologia científica. Um dos efeitos desse traçado foi o de projetar a conformação do que imaginariamente seriam os grandes dicionários brasileiros, então ainda inexistentes. Nessa tomada Nunes (2008) apresenta os dicionários, a partir de Auroux⁵, como instrumentos linguísticos que, enquanto objetos históricos, concernem duplamente à representação e à produção do conhecimento ou do saber. Para explicitar como isso se dá, o autor afirma que: “esses dois modos de a língua estar presente nas práticas languageiras (a língua imaginária e a língua fluida) de fato funcionam ao mesmo tempo na sociedade (NUNES, 2008, p. 3).

Sabemos que entre a produção e a representação do conhecimento há um trajeto nada linear, pois é justamente aí que jogam os dissensos que guerream acerca do quê dizer e como dizer. É assim que estamos entendendo a proposição deste autor acerca da dimensão da língua imaginária e da língua fluida, compreendendo ambas o corpo de práticas languageiras. Trabalho de disputa de valores entre o que está silenciado/apagado e aquilo que se quer fazer ver. Não por acaso, Nunes (2008) discute o gesto de Taunay, “*Insuficiência e deficiência dos grandes dicionários portugueses*” (1928), a partir da perspectiva da falta, daquilo que nele é apontado como lacuna em relação a brasileirismos e regionalismos. E, com isso, confere visibilidade à “tensão entre a língua imaginária e a língua fluida. O discurso de Taunay, ao dizer as lacunas nos dicionários, significa na fronteira entre essas duas materialidades da língua, na pulsão entre o desejo de fixar e o de desmontar a língua” (NUNES, 2008, p. 8).

No que concerne à noção de práticas languageiras, podemos dizer, a partir de Nunes (2008) que elas são constitutivas da discursividade que instaura e sedimenta os saberes e o conhecimento sobre a língua, justamente porque dizem respeito ao trabalho, enquanto prática histórica e política, que a constitui (a língua): “assim, sob as práticas languageiras que se depreendem desse discurso: a leitura, o cotejo, a anotação, está em jogo a representatividade da língua e dos autores, bem como o movimento político dos sentidos” (NUNES, 2008, p. 8).

⁵ AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

Outro trabalho que toca na questão das práticas languageiras é o de Fonseca (2011), o qual discute, entre outros aspectos, a linguagem como lugar de trabalho, lugar de encontro com a história, o que o autor designa de *práxis discursiva*, enquanto modo de relação dos sujeitos com a ideologia a partir de um trabalho destes na história. E para sustentar essa relação o autor retorna ao postulado saussuriano, lugar inaugural e ao mesmo tempo sempre lacunar, e cujo edifício teórico tributou à AD a noção de funcionamento, do qual a AD derivou a noção de *funcionamento*, deslocada da impossibilidade de dicotomização língua-fala. Isso implica entender a linguagem como “lugar essencial de trabalho, de produção cotidiana e de ritual do novo no interior do mesmo” (FONSECA, 2011, p. 2).

Na perspectiva que Fonseca (2011) adota se encontra pautada a delimitada questão da liberdade e da coerção que fica sempre posta no horizonte do sistêmico e do que lhe escapa. E é justamente a não dicotomização língua-fala que possibilita, a partir da perspectiva marxista, pensar o sujeito que diz em relação à língua e suas regras e falhas, produzindo sentido na história, enquanto diz, por que diz e a depender de como diz (ou deixa de dizer).

A partir da noção de *práxis discursiva*, o autor afirma a superação de dois pontos frágeis na teoria do discurso: “1) o assujeitamento sem resistência aos já ditos e 2) a resistência como fator exclusivamente imanente, acidental, inconsciente e pontual” (FONSECA, 2011, p. 8). É nesse ponto que entendemos as práticas languageiras como trabalho da língua e com a língua na história, espaço possível da resistência.

Considerações

A designação *práticas languageiras* tem abrigado o tratamento da linguagem sob diferentes perspectivas, quer como trabalho no sentido estrito do termo, quer no sentido social, quer histórico, quer político, ou mesmo no sentido estrito do trabalho com as formas da língua. Ainda que por vezes apresentada a partir de construções parafrásticas: atividade languageira; interação languageira; *práxis discursiva*, entre outras, trata-se, nos diferentes casos e sob diferentes formas, do olhar sobre o ponto de encontro e ao mesmo tempo de desestabilização situado nos limites complexos entre a língua e a fala. A partir de aproximações e de distanciamentos entre distintas inscrições teóricas, com esta designação procura-se responder à sempre posta questão: “O que os sujeitos fazem quando dizem?”. Essa questão certamente abriga desdobramentos múltiplos: como dizem, por que dizem ou deixam de dizer,

por que dizem de um jeito e não de outro...

Neste estudo nos propusemos a compor um rastreamento que desse visibilidade aos diferentes estatutos da noção em tela em diferentes quadros teóricos, a depender da mobilização feita pelos instrumentais específicos de cada um. Apontamos no trabalho de Boutet (1995), por exemplo, a atividade linguageira como a dimensão que apresenta contribuições específicas para a realização dos trabalhos humanos. Partindo da crítica ao modelo taylorista, a autora chega ao estudo das formas de expressão que compõem gêneros específicos do mundo do trabalho, com modos de funcionamento próprios. A perspectiva em que ela se inscreve não leva em conta, no entanto, as formas de resistência possíveis, de parte do sujeito que se manifesta linguisticamente em relação ao trabalho, para romper com as formas de submissão a que por vezes é exposto pela via da linguagem.

Em perspectiva distinta inscreve-se o estudo de Rossi-Landi (1975), o qual, ao propor a noção de *trabalho linguístico*, circunscreve a dimensão da língua à da história, a partir do que traça um paralelo pelo qual haveria correspondência entre a instância do trabalho linguístico com a linguagem, pelo que ela apresenta de coletivo, e também da língua, desde que considerada a instância que antecede o produto. Esta instância é justamente a da produção linguageira, no caso, o do movimento político da língua, o espaço em que a instauração das diferenças, dos jogos de força sinalizam o quanto a linguagem tem de simbólico absorvido pela história, e que tornam discutível, sempre, o par língua/fala.

Retomamos, aqui, esses dois estudos, pelo que eles têm de diferenças, para pensarmos as implicações de se considerar o político na relação da língua com a história diante da designação sobre a qual refletimos. Se a língua é o tecido da memória, como propõe Courtine (2006), esse tecido não recobre de modo pleno e nem contínuo diferentes campos de saber. Aliás, em um mesmo campo há diferenças, haja vista que os fios de uma tessitura sempre podem se romper.

E para encerrar esta reflexão, trazemos, aqui, enunciado emblemático trabalhado em pesquisa de Iniciação Científica por nós orientada⁶, no qual uma catadora de resíduos sólidos recicláveis da região de Curitiba reivindicava aos executores do projeto CATAFORTE⁷: “Falem a nossa língua, falem

⁶ ONG que apoia organizações de catadores, cooperativas, associações e grupo informais, buscando sua formalização a capacitação para o associativismo e cooperativismo através dos princípios da economia solidária.

⁷ FISCHER, R. R. “Análise linguística da fala dos catadores enquanto sujeitos políticos”.

do nosso jeito”. E, ao dizê-lo, não estava pleiteando simetria de registro linguístico, mas o reconhecimento da práxis dos catadores pela ordem da língua.

Referências

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BOUTET, J. Discours em situation de travail. **Langages**, Paris, n. 117, p. 12-31, 1995. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/lgge_0458-726x_1995_num_29_117. Acesso em: 28 maio 2018.

CARVALHO, C. **Para compreender Saussure**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CHARLOT, B. “Práticas languageiras e fracasso escolar”. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 124-133, 2000.

CHISS, J-L.; PUECH, C. Saussure et la constitution d’un domaine de mémoire pour la linguistique moderne. **Langages**, Paris, n. 114, p. 41-53, 1994, Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1994_num_28_114_1676. Acesso em: 03 jan 2019.

COURTINE, J-J. “O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem”. **Polifonia**, Cuiabá, v. 2, n. 12, p. 1-13, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/viewFile/1067/840>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

FERREIRA, V. V.; MONTEZ, B. “A linguagem como trabalho: reflexões iniciais sobre a alienação linguística”. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 356-365, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistave-redas/files/2010/04/artigo-05.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2018.

Relatório de Iniciação Científica. Universidade Federal do Paraná, 2012.

FONSECA, R. O. “O lugar da práxis na análise do discurso”. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 42, p. 108-118, jun. 2011. Disponível em:< <http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/>>. Acesso em: 20 maio. 2018.

FOUCAULT, M. [1969]. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2000.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

LABOV, W. [1972] **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.

MARCELLESI, J-B.; GARDIN, B. **Introdução à sociolinguística: a linguística social**. Lisboa, Ed. Aster, 1975.

NUNES, J. H. Léxico de lacunas: quando a representação da língua falha. **Caderno de Estudos linguísticos**, Campinas, n. 30, p. 61-69, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **Terra à vista: discurso do confronto – velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.

PÊCHEUX, M.; BALIBAR, E. “Définitions”. In: FICHANT, M.; PÊCHEUX, M. **Sur L'histoire des sciences**. Paris: François Maspero, 1969.

ROSSI-LANDI, F. A linguagem como trabalho e como mercado”. In: ESCOBAR, C. H. (Org.). **Semiologia e linguística hoje**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. “Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n. 11, p. 5-16, maio/jun./jul./ago. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000171&pid=S1984-6398201200010000700016&lng=pt>. Acesso em 20 jun. 2018.

Recebido: 15/07/2018

Aceito: 15/01/2019

DOI: 10.5902/2179219433673